

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 120/121 CURITIBA, QUARTA/QUINTA-FEIRA, EM 13/14 DE SETEMBRO DE 2000 ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno (licenciado) - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 087ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE SETEMBRO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Garcia, secretariada pelos senhores deputados Antonio Annibelli e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se em licença os senhores deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Garcia**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Garcia**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Garcia**)

A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

5 senhores deputados responderam à chamada.

Não há *quorum* para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 14, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 032, 048, 254, 261 e 268/2000.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 223 e 243/2000.

~~Levanta-se a sessão.~~

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 088ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE SETEMBRO DE 2000**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Basílio Zanusso e Cesar Seleme.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se em licença os senhores deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 1721**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, “Regime de Urgência” para a tramitação do Projeto de Lei nº 292/2000, relativo à Mensagem Governamental nº 021/2000 que dispõe sobre ajuste no Programa de Obras do Departamento de Estradas de Rodagem, aprovado pela Lei 12.825 de 28 de dezembro de 1999.

Sala das Sessões, em 14.09.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1722

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 223/2000, item 07, em 2ª discussão, de autoria do ilustre deputado Edno Guimarães, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 14.09.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1719

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, a consignação em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Leila Domingos Shaerke, 57 anos ocorrido no dia 31 de agosto de 2000.

Requer, ainda, que da decisão do Plenário se de ciência ao senhor Alfredo Shaerke, marido da falecida, à Rua Labib Shaerke, Nova Fátima - Paraná.

Sala das Sessões, em 14.09.2000.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1723

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, a consignação em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor José Miguel Barbosa, ocorrido no dia 13 de setembro de 2000 em Curitiba.

José Miguel Barbosa, tinha 56 anos, foi cartorário de Registro de Imóveis no município de Siqueira Campos.

Requer, ainda, que da decisão do Plenário se de ciência a senhora Marilene Rineta Montanha Barbosa, esposa do falecido, e as filhas Guisela Montanha Barbosa da Silva, Letícia Montanha Barbosa de Lima e Elisa Montanha Barbosa, à Rua Quintino Bocaiuva, 1665 na cidade de Siqueira Campos.

Sala das Sessões, em 14.09.2000.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1724

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do doutor Pretextato Taborda Athayde, ocorrido dia 05.09.2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.09.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, no último dia 05, o doutor Pretextato Taborda Athayde com 89 anos de idade.

Deixou viúva dona Dalvina Boscardin Athayde, duas filhas, oito netos e três bisnetos.

Pretextato Taborda Athayde, foi o primeiro médico sanitarista do Paraná e pertencia a tradicional família curitibana. Foi durante vários anos, diretor do Hospital Osvaldo Cruz dedicando-se particularmente à especialidade de doenças infectocontagiosas. Como professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná muito contribuiu para a formação técnica, científica e ética de várias gerações de jovens acadêmicos.

O passamento do doutor Pretextato veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto currículo de amigos, dentre os quais este deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Pretextato Taborda Athayde.

A distância e o tempo jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre doutor Pretextato Taborda Athayde, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoe a família do doutor Pretextato, para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Pretextato sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Taborda Athayde, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1725

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inserido na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo: “votos de congratulações e aplausos” ao doutor Miguel Krigsner, diretor presidente do Grupo “O Boticário”, pela inauguração do Sistema Integrado de Operações, etapa significativa de ampliação da estrutura fabril em seu complexo industrial.

Sala das Sessões, em 14.09.2000.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Grupo “O Boticário”, sob a presidência sábia do doutor Miguel Krigsner, vem desenvolvendo atividades comerciais no mais alto estilo, elevando o Estado do Paraná ao cenário mundial no ramo de cosméticos e perfumaria em geral, gerando mais de 3.000 empregos diretos e indiretos, com mais de 850 lojas espalhadas por todo o Brasil e no exterior.

Uma das principais preocupações do Grupo “O Boticário”, é com a preservação do Meio Ambiente, sempre desenvolvendo projetos direcionados à conservação e bem estar, defendendo a degradação das matas e animais da nossa flora.

REQUERIMENTO Nº 1727

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Colégio Estadual Jardim Boa Vista, do município de

Campo Magro, pela conquista do título brasileiro, categoria mirim feminino de punhobol.

Sala das Sessões, 14.09.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Participando pela primeira vez de um campeonato em nível nacional, o município de Campo Magro, representado pelo Colégio Estadual Jardim Boa Vista, conquistou o título brasileiro na categoria mirim feminino de punhobol. O feito foi, como não poderia deixar de ser, ruidosamente festejado por atletas, dirigentes, professores, familiares e funcionários a Prefeitura Municipal e do Colégio campeão.

Além do título feminino mirim, o Colégio Estadual Jardim Boa Vista conseguiu, no mesmo campeonato, o 4º lugar na categoria mirim masculino, que foi disputado na cidade de São Bento do Sul, em Santa Catarina.

Pela importante conquista, receba o Colégio Estadual Jardim Boa Vista (Rua dos Girassóis, s/nº - Jardim Boa Vista - Campo Magro-PR - CEP 83535-000), através dos Professores Pérsio Afonso Kuklik (técnico da equipe), Luciane Ukachenski (auxiliar técnico) e Sérgio Roberto Calado (chefe da delegação), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1728

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Hospital Cajuru, pela comemoração de seus 42 anos.

Sala das Sessões, em 14.09.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Universitário Cajuru, que pertence à Pontifícia Universidade Católica - PUC/PR completou em 30 de agosto seus 42 anos de fundação. Fundado em 1958, atual com medicina geral, de urgência, curativa e preventiva. Sua instituição mantenedora é a Sociedade Paranaense de Cultura, dos Irmãos Maristas.

Atualmente, o pronto-socorro contabiliza cerca de 300 atendimentos diários e o ambulatório atende mais 125 enfermos todos os dias. Cerca de mais de 1050 pessoas são atendidas mensalmente.

Aberto 24 horas por dia, inclusive fins de semana e feriados, o Pronto-Socorro Odontológico realizou, no ano passado, 43.173 procedimentos para 23.048 pacientes.

Além de dispor do maior pronto-socorro do Paraná, o Cajuru é um Hospital geral que atende a todas as especialidades médicas e ainda proporciona campo de preparação prática para acadêmicos do curso de medicina e área de saúde, sendo um dos maiores complexos de atendimento médico do sul do País, sendo referência nacional e mundial no atendimento do trauma, acidentes e doenças cerebrais e cardiovasculares. Na área de pesquisa, um número crescente de trabalhos científicos tem

sido publicados pelos médicos do corpo clínico em revistas científicas nacionais e internacionais, contribuindo para a ampliação do conhecimento científico.

Pela comemoração de seus gloriosos 42 anos, receba o Hospital Cajuru, através do Reitor da PUC/PR, Clemente Ivo Juliatto, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1729

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Filarmônica Antoninense, pela comemoração de seus 25 anos.

Sala das Sessões, em 14.09.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Dia 30 de agosto a Filarmônica Antoninense comemorou seus 25 anos.

Criada em 1975, vem desde então trabalhando sempre na formação de crianças e adolescentes como profissionais da música, a Filarmônica é motivo de orgulho para o município de Antonina.

A Filarmônica possui atualmente 13 professores de instrumentos e três professores de teoria musical, todos voltados para a formação primorosa dos jovens que por ela passam. Cerca de 3 mil jovens já passaram pelo processo de preparação da Filarmônica e atualmente aproximadamente 200 atuam como músicos.

Pela comemoração de seus gloriosos 25 anos de existência, receba a Filarmônica Antoninense (A/C Prefeitura Municipal de Antonina, Rua XV de Novembro, 150, 83370-000, Antonina/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1730

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o douto Plenário respeitosamente, REQUER, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de texto constante na Ata da reunião do Parlasul, realizada no dia de ontem, na cidade de Florianópolis/SC, conforme anexo.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.09.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

POJETO DE LEI Nº 296/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Câmara Municipal de Verê, o imóvel onde funcionava a antiga Agência de Rendas do município, cujo lote nº 03 da quadra nº 57, sito à Rua Princesa Isabel, na cidade de Verê, com área de 797,00m² (setecentos e noventa e sete metros quadrados), constituído de um prédio de alvenaria, com área total de 167,00m², coberta de telhas, assoalho tacos, pintura a cal dentro dos seguintes limites e confrontações: Nordeste: com o lote nº 04, com 20,00m; sudeste: com lote nº 01, com 39,85m, Sudoeste: com Rua Princesa Izabel, com 20,00 m, e Noroeste: com lote nº 05 com 39,85m, referente a matrícula nº 11.951-R3 a Av. 4, 11.951 do livro nº 02 do 1º Ofício da Comarca de Pato Branco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.09.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

No referido prédio, funcionava antigamente a Agência de Rendas, e quando a mesma foi desativada há sete anos, a Câmara Municipal, passou a funcionar nas dependências do prédio.

Foram promovidas diversas melhorias como ampliação de peças, troca de aberturas, e a pintura do imóvel.

Ressalta-se a necessidade da permanência da Câmara Municipal de Vereadores no respectivo imóvel, tendo em vista que o município não dispõe de recursos, para a construção de uma nova sede.

POJETO DE LEI Nº 297/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a instituir o Programa de Despoluição do Rio Iguaçu, através de barreiras (bóias), para contenção dos lixos oriundos de Curitiba, Paraná e unidade permanente de trabalho e controle.

Art. 2º - Essa unidade de trabalho e controle e a respectiva barreira, deverão ser instaladas no Rio Iguaçu, logo abaixo da Foz do Rio Barigui, para assegurar a retenção do lixo que é lançado no leito desses rios, na cidade de Curitiba.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a contratar pessoal necessário, bem como adquirir veículos e equipamentos para o bom desempenho desse Programa.

Art. 4º - As despesas com a manutenção desse programa correrão por conta do Orçamento Geral vigente, conforme determina a Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.09.2000.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Quando do acidente ecológico ocorrido na cidade de Araucária, Paraná, no dia 16 de julho de 2000, ficou evidente, através da imprensa, que o problema da poluição do Rio Iguaçu, é relativamente fácil de controle, pois o grande volume de lixo é oriundo da cidade de Curitiba, Paraná, e com a instalação de barreiras para conter esse lixo e posteriormente ser recolhido, eliminaria esse mal próximo às nascentes desses rios e em uma extensão de aproximadamente 200 (duzentos) quilômetros, até São Mateus do Sul, Paraná, o Rio Iguaçu ficaria livre desses lixos, pois nessa extensão existem apenas as pequenas cidades de Balsa Nova e Porto Amazonas que não contribuem para a poluição do Rio. Portanto, é visível que uma ação do governo, nesse sentido, trará vários benefícios, tanto para a fauna como para a flora que dependem desse rio e para um nível de poluição tolerável.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos para o Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados, ocupo a Tribuna nesta manhã de quinta-feira que tivemos ontem durante todo o dia na cidade de Florianópolis, nas dependências da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, reunião extraordinária do Parlamento do Sul, Parlasul.

Esta assembléia se fez representar pela nossa pessoa, pela pessoa do doutor Wilson Portes que é secretário executivo do Parlasul, pela presença do doutor Felizberto Queiróz Batista, diretor de Saúde Animal da Secretaria de Agricultura e foi representando o secretário Antonio Poloni e também a Assembléia do Paraná e a presença também do assessor parlamentar da Presidência da Casa, o doutor Ivo Angeli.

É importante que frisemos mais uma vez, senhor presidente, senhores deputados, a necessidade de que estejamos atentos a questão da febre aftosa, porque vejam os senhores parlamentares aqui presentes, as autoridades que nos visitam, a imprensa que bastou um pequeno foco de febre aftosa num pequeno município, numa pequena região do Rio Grande do Sul, lá no noroeste do Rio Grande do Sul, no interior do Rio Grande do Sul para que os problemas decorrentes deste pequeno foco de febre aftosa já fossem sentido no mundo inteiro, um pequeno foco. Porque veja bem, o Rio Grande do Sul tem ao redor de doze milhões de cabeça de gado, o Paraná tem ao redor de três milhões, Mato Grosso do Sul em torno de 22 a 25 milhões, quer dizer, temos aí um plantel nestes quatro Estados de 50 milhões de cabeças de bovinos.

O rebanho até então atacado e que está em fase de sacrifício sanitário, abate até então atacado e que está em fase de sacrifício sanitário, abate sanitário ou sacrifício sanitário que é o termo tecnicamente mais correto gira em torno de cinco mil cabeças. portanto, o que são cinco mil perto de 50 milhões de cabeças? É quase nada. No entanto o Chile já proíbe as importações de carne brasileira, Israel, Bulgária, México, Comunidade Européia, Estados Unidos, todos estão adotando medidas restritivas.

Então, por esta razão, senhor presidente, é que ontem lá em Santa Catarina ao lado de parlamentares, médicos veterinários, técnicos, autoridades de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, tivemos oportunidade de debater toda esta questão e fica mais uma vez evidenciado que existe sim a necessidade de sermos mais rigorosos nas nossas fronteiras, nas nossas barreiras porque o bom produtor, senhor presidente, senhores deputados, o bom pecuarista, o bom criador seja ele macro, médio, micro, ou mini ou pequeno, o bom produtor cuida dos seus animais, cuida para que eles não adoeçam, cuidam para que a aftosa não entre no seu rebanho. O mal produtor, o mal pecuarista, o mau comerciante, o mau picareta, o mau atravessador, o contrabandista de gado, esse não tem nenhum compromisso e nenhuma responsabilidade para a saúde do rebanho animal que está vendendo ou do país onde busca ou do país para onde leva.

Todos os indicativos dão conta de que este foco surgido nesta região que diga-se de passagem era uma região que vinha com uma cobertura vacinal muito pequena, muitas pessoas já não estavam vacinando naquela região, algumas questões de ordem política interna no Estado do Rio Grande do Sul, mudança de comando no governo, mudança de comando nas estruturas da Secretaria da Agricultura, mudança de comando na fiscalização fez com que o serviço de fiscalização ficasse um pouco tumultuado e desajustado e isso deu margem para que pessoas, até diria do ponto de vista da saúde, inescrupulosas, se aproveitassem para não vacinar o rebanho e outros trouxessem animais contaminados.

Todos os indícios levam a crer que esse gado tenha origem na Bolívia, passando por Santa Cruz de la Sierra, depois, adentrando ao Paraguai e do Paraguai adentrando ao Rio Grande do Sul, dizem ser animais reprodutores e que, de repente, quando constatado o foco, desapareceram misteriosamente daquela região. O fato é que, em todo o rastreamento que se fez, não se identificou a origem dos animais, donde veio o vírus da febre aftosa. Em uma demonstração de que, legalmente, esses animais não entraram, pelas barreiras tradicionais não passaram. Foi realmente essa aftosa fruto de algum animal trazido clandestinamente ou em contrabando para aquela região.

Na reunião de ontem, algumas medidas foram propostas: que o Ministério da Agricultura determine medidas destinadas a coibir o transporte legal de gado originário de países limítrofes, com o apoio das Forças

Armadas, Polícia Federal, Receita Federal e outros órgãos de fiscalização.

A nossa proposta feita na semana passada, em ofício que endereçamos ao ministro Pratini de Moraes foi acolhida por unanimidade, até porque o Mato Grosso do Sul relata a todos, que já está se utilizando do Exército Brasileiro. O Paraná relatou, através do secretário Poloni e do doutor Felizberto Queiróz Batista, que já existe um contato do doutor Euclides Scalco, da Itaipu Binacional com a Marinha Brasileira, para que possa utilizar-se de embarcações no Lago de Itaipu. Enfim, existem tratativas para que as Forças Armadas sejam colocadas à disposição, afinal de contas temos fronteiras imensas, secas, com pequenos rios, com grandes lagos, que precisam ser vigiadas.

Item 02: que sejam mantidos contatos com as bancadas federais dos Estados componentes do Parlasul, com o objetivo de alocação de recursos federais no orçamento geral da União, necessários ao cumprimento das tarefas delegadas pelo Ministério da Agricultura, aos Estados.

Senhores deputados, no ano passado ou nesse anos, a minha cabeça não confirma 100%, foram liberados apenas 21 milhões de reais, para o combate à febre aftosa, de um orçamento inicial de 250 milhões ou qualquer coisa assim. Ao final se liberou apenas e tão somente 21 milhões de reais. vejam a necessidade que temos de pressionarmos o governo federal e sensibilizarmos a nossa Bancada Federal, para que isso não aconteça.

Que o Ministério da Agricultura determine a não vacinação contra a febre aftosa nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina sob qualquer hipótese. É por uma questão técnico-sanitária, zoo-sanitária, é muito complicado ter que explicar a vocês. Confesso, que pelos tempos todos em que estou fora da Medicina Veterinária, teria alguma dificuldade, para explicar toda a problemática da ação da doença. Evidentemente, não é recomendável em uma situação como essa, em que você reinicie o processo de vacinação, porque você retornaria tudo ao ponto inicial, ao começo de toda a história. O mais correto é que você faça o abate, o sacrifício dos animais doentes, que vai sair muito mais barato, para a economia do Estado e do País e você consegue restabelecer mais tempo. Porque nesses casos de região, que já não estão vacinando, em que surgiu a doença, se você for reiniciar o processo de vacinação, você permitirá que o vírus continue povoando aquele território e sendo disseminado por todos os tipos de possibilidades: pela respiração humana.

Ontem, conversava com o doutor Ademar, Médico Veterinário lá de Mato Grossa do Sul e ele dizia: “Olha, o vírus pode ficar alojado no pulmão humano até 7 dias e não perder a sua capacidade de infectar, de contaminar um animal. Quer dizer, pela respiração ele vai para o seu pulmão, pela respiração ele sai porque é vírus. Pelo vento, pela água, pelo espaço, pelos urubus, por isso a

necessidade de enterrar os animais, queimar. Tudo que você possa imaginar transporta o vírus.

4 - “Que o Ministério da Agricultura determine a liberação de recursos financeiros necessários à proteção integral das zonas livres de febre aftosa. Que sejam aceleradas as iniciativas de extermínio de animais contaminados no Rio Grande do Sul por parte das autoridades competentes.”

Esse aspecto foi muito comentado porque a partir do momento em que se constatou a febre aftosa e quem já viu um animal com febre aftosa não tem dúvidas que ele está com febre aftosa. É uma das doenças mais fáceis de se identificar e eles levaram em torno de 30 dias para comunicar e para iniciar o sacrifício dos animais, dando realmente assim uma corda grande mesmo para que o vírus oh caminhasse. Por isso hoje estamos lá com mais de 70 propriedades contaminadas e em torno de 5 animais já abatidos.

“Que sejam revistas legislações estaduais pertinentes ao controle por impunibilidade de ações criminosas ligadas ao tema. Que sejam acionados organismos internacionais pertinentes para a solução da incidência da febre aftosa nos países limites ao Brasil, passíveis de focos não registrados”.

Aí tem toda uma série de organismos internacionais que tratam da febre aftosa e que, infelizmente, não estão atuando a contento. Que seja encaminhado, formalmente, cópia desse documento ao Ministro da Agricultura, ao presidente do Senado e ao presidente da Câmara dos deputados e às Assembléias Legislativas dos Estados que compõem o Parlasul e Crecenea/Litoral.

Então, senhor presidente, este é o comunicado que faço a esta Casa e mais uma vez agradecer ao doutor Wilson Portes secretários executivo do Parlamento do Sul pela condução e pela dedicação que tem tido a esta causa. Enaltecer, da mesma forma, o trabalho do doutor Ivo D'Ângelis que foi presença marcante em todos os momentos dessa nossa viagem e registrar com muita satisfação a demonstração de competência que deu o meu colega Médico Veterinário, o meu colega de ingresso na Emater em 1979, doutor Felisberto Queirós Batista, uma das maiores autoridades sem sombra de dúvida, hoje, na questão de saúde animal não só no Estado do Paraná mas no Brasil e nas Américas. Demonstrou, realmente, conhecer a fundo toda a problemática não só da febre aftosa mas de todas essas osmoses, de todas essas doenças que afligem o rebanho bovino e os demais rebanhos do nosso território.

Vejam, senhores deputados, estive conversando na semana passada com o deputado Silvestri e fomos na terça-feira à tarde, saímos da Sessão, e fomos ao secretário. E lá chegamos a algum fechamento de análise. Ontem lá conversamos com o pessoal de Brasília que estava, com algumas pessoas de Minas Gerais, com alguns companheiros nossos do Mato Grosso. Vejam o seguinte: temos hoje no Paraná algumas empresas que importam carne ovina de ovelha, do Rio Grande do Sul e

esses animais eram abatidos aqui ou são abatidos no Rio Grande do Sul e viriam para cá na forma ainda de carcaça, para serem fornecidos através dos restaurantes, das churrascarias. Isso não pode vir mais. Carne com osso não pode. Só pode vir de frigorífico com SIF - Serviço de Inspeção Federal para frigorífico também SIF, mas carne desossada para ser industrializada. Não para consumo com osso como tradicionalmente acontece.

Tinha um grupo lá de São Paulo que estava pressionando, querendo que passasse com a carne que viria lacrada, em caminhão lacrado mas que tinha que passar por território paranaense. Não pode, a legislação não permite. O deputado Hermas foi nosso secretário da Agricultura, sabe o que nós passamos quando as barreiras foram fechadas daqui para Santa Catarina. E nós relatamos isso a eles.

Então em São Paulo o cara dizendo: “Mas pelo amor de Deus eu vou quebrar, eu não tenho mais condições se eu não puder trazer essa carne, o que ele vai ter que fazer, ou de avião, ou de navio, mas por aqui não pode passar.

Em Brasília, o pessoal que oferecia picanha lá nas churrascarias gaúchas, lá de Brasília, já não pode levar. Então, existe dezenas, centenas de estabelecimentos que já estão sofrendo. E ontem, a manchete, por exemplo do Jornal do Dia de Criciúma: “Carne popular começa a faltar na região”. Então, aí já entra o problema da especulação, é uma situação triste. Por isso que eu como deputado, presidente do Bloco Agropecuário e como Veterinário, tenho sempre nesta Casa defendendo ações efetivas, sempre nos manifestamos no trabalho que o deputado Hermas fez com o ministro José Eduardo de Andrade Vieira fez, muitas pessoas muitas vezes criticam e até nós criticamos, porque estamos com os costumes nossos. Ah, mas quero ir no supermercado e cortar do jeito que eu quero a carne, eu quero ir lá no açougue e fazer o corte do jeito que eu quero.

Só que eu já disse desta tribuna e vou repetir hoje. Você vai no supermercado comprar o leite e está lá: caixinha de leite você escolhe a marca que você quer, você vai comprar uma carne de suíno está lá dizendo quem produziu, você vai comprar um frango está dizendo quem produziu, você vai comprar um salame, uma mortadela, uma margarina, uma manteiga, um queijo, se for num estabelecimento desses supermercados está lá escrito quem produziu.

Agora, carne bovina você não sabe se é bovina, se é bobalina, se é de vaca, se é de boi, se é de novilho precoce, ou se é de um boi carreiro que subiu e desceu estradas por 10 anos, você só vai saber a hora que colocar na panela e usar a sua arcada dentária, daí você descobre se era um terneiro, se era uma vaca velha, se era um boi carreiro.

Então, por isso, senhor presidente, temos sempre batido nisso, a questão sanitária é fundamental para todos nós.

O SR. ALGACI TULIO

Deputado Orlando Pessuti, as sessões das quintas-feiras, se não com uma presença maior o número de Parlamentares, ela pelo menos, e se não podemos discutir, ou pelo menos ter aqui discussões políticas acirradas, pelo menos elas servem para que a gente conheça alguns assuntos que aqui são trazidos e como faz Vossa Excelência agora, como fazia sempre o deputado Waldyr Pugliesi falando contra o neoliberalismo e aquelas situações todas políticas, e estamos tendo oportunidade de poder e para mim não é novidade, deputado Annibelli, deputado Hermas Brandão, deputado Basílio, mas a mim, quem sabe o deputado Edson Praczyk, o deputado Tony Garcia, que agora me questionava aqui: mas o Pessuti fala tanto nesta questão de carne, de bovino, agropecuária, mas ele é veterinário. É esta a vantagem do Parlamentar que tem uma função, que tem um conhecimento de uma área e pode trazer a nós aqui, leigos, nesta área, para aprendermos um pouco mais.

Confesso a Vossa Excelência que fico muito feliz de poder ver mais uma vez a sua atuação, não é à toa que Vossa Excelência preside o Parlasul, do qual temos a honra de fazer parte de tantas e tantas reuniões, debatendo um assunto tão importante, tendo estado nesta reunião do Rio Grande do Sul, discutindo esta questão que é bastante problemática para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, para os nossos países vizinhos, da Argentina, quando estivemos há duas semanas atrás, lá na cidade de Resistência, companheiro Ivo D'Angelis também nos acompanhou, e vimos a preocupação dos parlamentares argentinos com relação a esta febre aftosa, isto tudo nos preocupa e é muito salutar saber que o Parlasul tomou toda uma série de medidas aqui, de questionamentos, e uma das questões aqui, que faço questão de registrar, é que quando se exige a presença das forças armadas nas fronteiras, não é só neste momento da febre aftosa, mas acho que as forças armadas deveriam estar já há muito tempo lá nas fronteiras, não consigo entender como Curitiba, uma capital do Estado do Paraná, tem aqui dentro do território pequeno, menor do que muitos municípios do Paraná, áreas enormes ocupadas por órgãos do exército, unidades do exército, - nada contra o exército, - absolutamente, pelo contrário, mas que deveriam estar prestando um serviço muito melhor lá na fronteira, no combate ao narcotráfico, no roubo de carga, no contrabando de armas, na entrada das drogas neste país, do que termos aqui num pequeno território de Curitiba ocupando áreas enormes, em alguns setores da cidade, até atrapalhando o sistema viário da cidade, que não pode dar continuidade uma perimetral e, que certamente aqui não temos guerra, graças à Deus. A nossa guerra é contra a violência a nossa guerra agora é contra a febre aftosa.

Tenho certeza que as unidades militares prestariam muito mais serviço ao País ao nosso Estado se estivesse aquarteladas na região de fronteira.

Aliás, agora, o presidente da República entende isso no seu Plano Nacional de Segurança, fala muito da utilização das Forças Armadas no combate à fronteira.

Mas, não é o deslocamento, acho que é já definitivamente levar algumas unidades que estão nas capitais de Estado, levá-los mais para as áreas de fronteiras. Porque até num momento de uma guerra, o outro País como o Paraguai ou a Argentina, até deslocar todo esse pessoal para lá, de repente já houve a invasão. Se já estiver lá, complicará mais a ação do nosso inimigo.

Quero cumprimentá-lo mais uma vez e dizer que estou muito feliz em poder ouvir toda a sua explanação, e a preocupação do Parlasul, com relação às medidas que estão sendo solicitadas aqui com relação a febre aftosa. Vossa Excelência nos agrada, nos anima, porque a cada momento que o senhor ocupa a tribuna - talvez eu não concorde com o seu posicionamento na questão político-partidária, mas o Plenário e o Parlamento servem exatamente para isso mas, tenho uma profunda admiração por Vossa Excelência, porque é realmente um conhecedor profundo da matéria. Isso nos repassa com suas colocações os ensinamentos.

Parabéns, pela sua atuação neste sentido procurando auxiliar através do Parlasul à questão da febre aftosa.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço ao deputado Algaci Tulio pelas palavras e pelas considerações a respeito ao nosso trabalho, porque tem sido Vossa Excelência um Parlamentar ativo e participativo das ações do Parlasul, dentro do Brasil e até mesmo fora do território brasileiro.

Gostaria de mais uma vez registrar que esta Casa, não tem se omitido nestas questões. A Assembléia do Paraná tem se movimentado. Foi assim em 1996, quando o secretário da Agricultura, Hermas Brandão, o governador Jaime Lerner mandou a esta Casa a nova Lei de Defesa Sanitária do Estado do Paraná - não me lembro o número dela agora - mas, mandou para esta Casa a mensagem, transformou-se em projeto e votamos.

Existiam naquele momento algumas resistências de algumas pessoas na Assembléia, mas graças a argumentação que fizemos, que o secretário na época Hermas Brandão fez, que os técnicos fizeram, conseguimos aprovar esta lei, que permitiu uma série de ações, medidas e parcerias, como àquelas que foram feitas com a FAEP, a Ocepar, o Sindicar, a APS (?), inclusive, colocaram um recurso superior à 2 milhões de reais, para garantir num primeiro momento o lastro financeiro do Fundepac - Fundo de Desenvolvimento da Pecuária mantido e conduzido por estas instituições em parceria com a Secretaria de Agricultura e com os recursos possíveis de serem transferidos, arrecadados através do Fundo de Reequipamento da Agropecuária que foi criado em 1951.

Então quero dizer com isso, que a Assembléia Legislativa através dos seus deputados deu ao governo do Estado o aparato de Legislação que precisava, a estrutura, o arcabolo legal que precisava, para que o Estado pudesse agir como agiu. Criando os Conselhos Municipais, os Conselhos Regionais e o Conselho Estadual de Saúde Animal, que têm sido realmente um fator de grande importância para ajudar no combate às doenças e na erradicação, principalmente da febre aftosa.

Quero cumprimentar o deputado Hermas Brandão, porque Vossa Excelência foi realmente um braço forte nesta ação.

Concedo o aparte ao deputado Antonio Annibelli.

O Sr. Antonio Annibelli

Deputado Orlando Pessuti, nós, seguindo à palavra do deputado Algaci Tulio, quando vê uma sessão na quinta-feira onde poucos parlamentares estão presentes as vezes somos criticados, porém, veja Vossa Excelência, ontem Vossa Excelência estava presente na Casa, a sessão não se realizou porque um deputado muito atento pediu verificação de quórum quando dali a dez ou quinze minutos a Assembléia tinha mais de vinte deputados presentes neste Plenário. Dei entrevista ontem dizendo que a Assembléia tinha número para funcionar e hoje se fôssemos pedir verificação de quórum talvez não tivesse. Porém, a realização da sessão e a presença de Vossa Excelência na tribuna mostra que a Assembléia está sempre trabalhando. Vossa Excelência saiu ontem a tarde daqui, se não me engano foi a Florianópolis, Vossa Excelência foi representar o Paraná nesta reunião muito importante e faz com que nos alertemos. Tenho um projeto de minha autoria dormindo nas gavetas desta Casa que trata do assunto da aftosa, que devemos ter preocupações profundas para que amanhã não aconteça com o Paraná o que está acontecendo com o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Então, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo trabalho, Vossa Excelência que representa o Parlasul, que é presidente da Unale, que Vossa Excelência se desloca neste Brasil inteiro, às vezes abandonando os seus interesses regionais, políticos, partidários, para atender e representar nossa Casa. E lembrar as palavras do deputado Algaci Tulio que o exército deveria participar contra o narcotráfico, contra os desmanches de automóveis, nas fronteiras e principalmente neste momento quando o Brasil é apontado em 49 lugar como o país mais corrupto do mundo. Foi divulgado ontem. Estamos quase como campeões de corrupção. Mas a corrupção do Lalau, a corrupção do chefe da Casa Civil da Presidência da República aqui no Paraná um monte de vergonhas, com desmanches, com a polícia misturando no roubo de carros, vendo uma viúva chorar da tribuna ontem a esposa representando as esposas dos militares com um salário vergonhoso e vemos o governador Itamar Franco brigando com o presidente da República e o presidente da

República manda o exército guarnecer a sua fazenda quando o exército deveria estar nas fronteiras ou na vacinação de crianças ou nas campanhas nacionais de vacinação ou guarnecendo as fronteiras no caso da aftosa, mas não, as Forças Armadas pela décima vez estão guarnecendo a propriedade, a fazenda do Presidente da República ele diz ainda, que a fazenda dele é um símbolo nacional. O ex-presidente Itamar Franco diz que nem na época da ditadura militar, no tempo em que se bania, se matava, se surrava, seqüestrava, o exército nacional não foi tão ofendido em dizer que está guarnecendo um símbolo nacional que é a propriedade do presidente da República. É o fim da picada. Por isso o Brasil está no ranking mundial como o 49º país mais corrupto do mundo. É o exemplo do governo federal, do governo estadual que vemos as coisas correrem por conta do Abreu, como se diz, e estamos aonde? Ainda bem que temos deputados como Vossa Excelência e a nossa Assembléia funcionando.

Parabéns à Vossa Excelência.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Muito obrigado, deputado Antonio Annibelli, deputados, e só para fechar o que temos dito entendo que neste momento a questão da febre aftosa é uma questão de segurança nacional e por esta razão vejo como oportuna a presença do exército, não com tanques, bazucas, metralhadoras, mas a presença do homem e da mulher nas Forças Armadas auxiliando os veterinários, os técnicos nas fronteiras, as autoridades da Receita Federal, para que possamos coibir os maus elementos que estão provocando este desastre sanitário no Brasil, ainda não é um desastre, é muito pequeno, mas o rombo que já provocou vocês imaginem quando for efetivamente um desastre.

Um abraço muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Encerrado o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças: PL; PST; PSL; PDT; PT; PPB; PMDB; PFL.

(Declinam)

PTB: com a palavra o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados:

Anteontem, nós tivemos aqui na Assembléia a presença das esposas de policiais militares, tivemos aqui nesta mesma tribuna a presença da senhora Maria Conceição dos Santos, relações pública da Associação das Esposas de Policiais Militares do Paraná, que vieram até esta Casa pedir o apoio da Assembléia Legislativa nas suas reivindicações em consequência de algumas leis aprovadas por esta Casa, por Decreto baixado pelo governo do Estado que acabaram cortando alguns direitos adquiridos pelos policiais militares. Todos que aqui estavam na Sessão, anteontem, puderam observar, me lembava agora o deputado Antonio Annibelli, o momento

em que a senhora Maria não se continha de emoção e por várias vezes chorou aqui desta tribuna. E nesta hora, senhor presidente, não é uma questão de disputa política partidária, se é Oposição, é Situação. E eu dizia isto no meu pronunciamento, aqui, naquela tarde que já acompanhando há muitos anos a atividade na área da segurança pública, nós entendíamos que era necessário que esta Casa se colocasse como intermediária das negociações junto ao governo do Estado. E por uma deliberação do Líder do Governo deputado Valdir Rossoni, este parlamentar foi então designado para participar de uma reunião junto ao secretário de Segurança Pública, cuja reunião aconteceu ontem à tarde, com a presença do secretário José Tavares com o secretário da Administração doutor Ricardo Augusto; com a presença do doutor Blásio e diretor geral da Secretaria de Segurança Pública; com a presença do coronel Guaracy Moraes Barros comandante geral da Polícia Militar; com a presença da presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos, da senhora Maria da Conceição dos Santos, com a presença do coronel Honório Bertolini e a nossa, nós pudemos mais uma vez avaliar toda essa situação em que se encontra, hoje, a Polícia Militar.

Todo mundo sabe que por questão de uma ação na justiça, hoje, nós temos, de repente, dentro de uma viatura policial, numa ação, um soldado do lado do outro, um ganhando mais do que o outro, o que dentro da hierarquia da Polícia Militar, na questão salarial, isso não pode acontecer, por quê? Porque um desses soldados entrou com uma ação na justiça e acabou recuperando um direito que ele tinha de uma gratificação especial que a ele dá 525 reais, e ao outro que não entrou permanece com 260 e alguns quebrados.

Então, essa diferença que não pode, evidentemente, acontecer. Além disso, a questão dos quinquênios através de um Decreto do governador Jaime Lerner, que a primeira vista nos dá a entender que foi um erro de interpretação do pessoal da administração do Estado, porque há uma Emenda Constitucional, a nº 18 e a nº 19, baixadas pelo presidente da República em cima da questão de redutores, em cima de alguns benefícios que têm os funcionários públicos, entendeu a administração do Estado que o Decreto acabou sendo aplicado em cima da Emenda nº 19. E é o questionamento que faz hoje a Polícia Militar, porque nesse Decreto baseado na Emenda nº 19 acabou tirando direitos conquistados pela Polícia Militar. E isso está trazendo uma série de situações complicadoras com o pessoal que está na ativa e para com o pessoal que vai para a reserva também. Um oficial que se aposenta vai perder quase 50% do seu soldo. Um policial soldado chega quase a 30%.

Então, estes questionamentos que foram levantados aqui pela relações públicas da Associação das Mulheres, dona Maria, e que foram ontem também referendados na reunião com o secretário onde também o comandante da Polícia Militar fazia as mesmas reivindicações e sentimos que tivemos um avanço.

É claro que há uma expectativa, hoje, porque acontece à tarde, uma assembléia do Clube dos Oficiais. E, nós que conhecemos bem esta atividade policial, conhecemos bem a atuação do Clube dos Oficiais, nos preocupamos porque alguma medida pode ser tomada. Não acredito em greve mas pode acontecer uma diminuição da ação dos policiais nos próximos dias, até que se tenha uma informação mais concreta do governo.

Ontem, o secretário teve todo o empenho e pediu o máximo empenho da Secretaria da Administração para rever esta questão do Decreto, para junto ao procurador Joel Coimbra se tenha, o mais depressa possível, os pareceres em relação a estes questionamentos que já foram feitos por escrito também e se tenha uma solução. E, esta Casa receba o quanto antes uma Mensagem Governamental porque não cabe aqui uma ação de iniciativa do parlamentar, senão já teríamos feito uma emenda às Leis anteriores aqui votadas para regularizar esta situação. Iria criar um entrave de legalidade e não é por aí o caminho.

Mas, cabe ao governo do Estado, com os pareceres já definidos, encaminhar a esta Casa uma Mensagem revendo e corrigindo estas distorções em Leis anteriores e até mesmo no seu próprio decreto que baixou no ano de 1996.

Portanto, foi uma reunião muito boa, onde, acredito que o bom senso prevaleceu, mas, me preocupa esta Assembléia de hoje à tarde no Clube dos Oficiais da Polícia Militar.

Estas Casa esteve presente e estou aqui transmitindo aos senhores parlamentares porque a mim foi dada a incumbência de representar a Assembléia nesta reunião de ontem com o secretário da Segurança e com o secretário da Administração.

Concedo aparte ao deputado Antonio Annibelli.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI

Deputado Algaci Tulio, parablenzo Vossa Excelência pela participação imediata em nome desta Casa, mas, gostaria de sugerir a Vossa Excelência e a este Parlamento que a primeira causa não só da Polícia Militar estar com seu salário defasado ou os casos de duas ou três pessoas trabalharem na mesma viatura estarem com salários diferenciados, em primeiro lugar o governador do Estado deveria nomear um secretário de Administração.

Fazem 60 ou 90 dias que o Paraná está sem secretário. Existe um funcionário da Secretaria respondendo pela secretaria da Administração e acho que um funcionário respondendo pelo cargo não tem o poder nem a iniciativa com mais firmeza para dizer o que pensa ou realmente impor uma vontade de um secretário nomeado e publicado em Diário Oficial porque ele pode até estar feliz da vida por estar desempenhando um cargo como representante e vai continuar assim.

Nós temos o IPE, temos o funcionalismo há seis anos sem receber aumento e acho que a primeira iniciativa seria o governador nomear um secretário e este tenha

a função de administrar o funcionalismo público e os órgãos estaduais para que não chegássemos à pior situação nestes momentos em que temos CPI de Narcotráfico, Crime Organizado participando tantos contrabandos, narcotráfico, enfim uma vergonha nacional e aqui no Paraná (...) que é a capital, em vez de ecológica é a capital do verde, mas do verde do tráfico, da cocaína, Vossa Excelência que é um excepcional deputado, radicalista, um homem que presta à sociedade paranaense inúmeros serviços, o seu programa, volta e meia estou ouvindo seus programas, principalmente quando estou viajando ou fora de Curitiba, a gente vê o seu trabalho chamando a atenção das autoridades, não só quando está na Assembléia, mas quando está no seu programa na rádio sabe que é ouvida praticamente no Brasil inteiro.

Então, deputado Algaci Tulio, acho que teríamos que começar pelo começo, solicitando ao governador que a secretária foi trabalhar na Renault, acho que é uma promoção, ganhando em dólar, é muito competente, tudo bem, é um avanço, e inteligente porque largou uma Secretaria com tanta bronca, com tanto pepino para ir cuidar de uma Renault, que se não fizer o que fez nos outros países e aqui no Brasil, principalmente no Paraná, produzir e traduzir em ICMS para o Paraná para que possamos pagar melhor os nossos funcionários, acho que seria a solução, a primeira solução para iniciarmos um jogo sério, era o governador nomear um secretário, porque sem secretário todo trabalho da Casa Civil, da Assembléia, da Polícia Militar, acho que o governador não terá a palavra do seu secretário que foi ele que escolheu, que foi ele que nomeou, para que diga realmente a verdade que passa o Paraná. Parabéns a Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TULIO

Obrigado, deputado Annibelli, esta preocupação todos temos com relação ao funcionalismo público e Vossa Excelência sempre deu mostra disto aqui na Assembléia, não só como presidente, mas sempre lutando em prol do funcionalismo público, acho que temos que fazer, na verdade, justiça. Não se trata até bem de uma reivindicação salarial, de uma aumento de salário, até porque este governo bem ou mal tem conseguido alguns avanços e tem conseguido pagar em dia também e está conseguindo também investir na área da segurança pública. Agora, ocorre que existem estas distorções, estas situações que precisam ser corrigidas. Não importa se foi neste governo ou se foi no outro, mas o que não se pode é continuar um estado destes e que cria transtorno da corporação e conheço bem o que é uma corporação insatisfeita, sei o que é dentro da caserna porque convivi durante tantos anos na área policial dentro do quartel da Polícia Militar, já presenciei, fui testemunha de alguns momentos de insatisfação e de ações até tomadas com razão disto e até por que o momento para o governo do Estado não é bom.

Não seria nada interessante nesta hora um tipo de operação branca, operação tartaruga da Polícia Militar já com tanta violência grassando em toda Curitiba, em todo o Paraná, com mortes, com assassinatos, com tanta coisa, não seria interessante politicamente num período eleitoral que tivéssemos uma situação complicadora dentro da Polícia Militar. Erramos, temos esperança que na reunião de hoje na Assembléia do Clube dos Oficiais se tenha o bom senso de se dar mais um voto de confiança e de dar uma solução para a próxima semana que foi o que disse ontem o secretário.

Espero que na semana que vem eu tenha em mãos pareceres dizendo das medidas que serão tomadas e já quem sabe encaminhando para a Assembléia uma mensagem do governador revendo toda esta questão. Era a satisfação que queria dar à Casa, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 032/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio, que declara de Utilidade Pública a Associação Rural dos Pequenos Agricultores de Fênix - Arfen, com sede e foro no município de Fênix. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 032/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Rural dos Pequenos Agricultores de Fênix - Arfen, com sede no município de Fênix e foro no município de Engenheiro Beltrão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.08.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 048/2000, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Vida Viva de Cianorte, com sede e foro no município de Cianorte. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 254/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Candói, com sede e foro no município de Candói. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 261/2000, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Remo, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado.**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 268/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mulheres do Patrimônio Selva, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Ambazul - Associação de Moradores do Balneário de Costa Azul, com sede e foro no município de Matinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/2000, de autoria do deputado Edno Guimarães, fica o Poder Executivo autorizado a executar os serviços de restauração de 08 Km na Rodovia Municipal de ligação entre a sede e o distrito de Herculândia no município de Ivaté. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 223/2000.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/2000, de autoria do deputado Edson Strapasson, que altera a redação do Art. 1º, da Lei nº 12.890, de 29 de maio de 2000. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a Mesa, requerimentos nºs 1719 e 1723, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1721, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1724, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1725, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1727, 1728 e 1729, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1730, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 018/95, 617/99, 011 e 209/2000.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 105/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 345/99, 062, 184, 208 e 279/2000.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2000.

“Ata da Reunião do Parlamento Sul - Parlasul”

Reunião extraordinária do Parlamento Sul - Parlasul, realizada na Assembléia Legislativa do Estado de

Santa Catarina, sob a presidência do deputado Gilmar Knaesel, presidente da Assembléia legislativa do Estado de Santa Catarina, presentes os representantes dos Estados do Paraná, deputado Orlando Pessuti, deputados Manoel Maria e Frederico Antunes, representantes das Assembléias Legislativas do Estado do Rio Grande do Sul, deputados Moacir Sopelsa, Olices Santini, Jaime Mantelli e Odacir Zonta, na condição de secretário Estadual da Agricultura além dos técnicos Felisberto Queiróz Baptista da secretaria da Agricultura do Paraná e doutor Ademar da Silva Júnior, assessor da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, e autoridades representativas do Poder Executivo dos Estados componentes do Parlasul, para discussão do problema da presença de focos de febre aftosa nesta região.

Após o encaminhamento da questão por parlamentares e técnicos dos quatro Estados, foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes Moções:

1 - Que o Ministério da Agricultura determine medidas destinadas a coibir o transporte ilegal de gado originário de países limítrofes, com o apoio das Forças Armadas, Polícia Federal, Receita Federal e outros órgãos de fiscalização.

2 - Que sejam mantidos contatos com as bancadas federais dos Estados componentes do Parlasul, com o objetivo de alocação de recursos federais no Orçamento Geral da União necessários ao cumprimento das tarefas delegadas ao Ministério da Agricultura.

3 - Que o Ministério da Agricultura determine a não-vacinação contra a febre aftosa nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sob qualquer hipótese.

4 - Que o Ministério da Agricultura determine a liberação de recursos financeiros necessários à proteção integral das zonas livre da febre aftosa.

5 - Que sejam aceleradas as iniciativas de extermínio de animais contaminados no Rio Grande do Sul, por parte das autoridades competentes.

6 - Que sejam revistas as legislações pertinentes ao controle e punibilidade de ações criminosas ligadas ao tema.

7 - Que sejam acionados organismos internacionais pertinentes para solução da incidência da febre aftosa nos países limítrofes ao Brasil, passíveis de focos não registrados.

8 - Que seja encaminhado formalmente cópia deste documento ao Ministério da Agricultura, Presidência do Senado Federal, Câmara dos Deputados as Assembléias Legislativas dos Estados que compõem o Parlasul, e ao Crecenea/Litoral.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, cuja Ata dos trabalhos vai assinada pelo presidente Gilmar Knaesel, pelos representantes da Assembléia Legislativa do Estado da Santa Catarina e presidente da Comissão da Agricultura deputado Moacir Sopelsa, e do Estado do Rio Grande do Sul, deputados Manoel Maria e Frederico Antunes (presidente da Comis-

são Externa) deputado Orlando Pessuti, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale) e pelo secretário executivo do Parlasul, Econ. Wilson Portes.

Florianópolis (SC), 13 de setembro de 2000.

(aa) Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Deputado MOACIR SOPELSA

Presidente da Comissão de Agricultura

Deputado RENO CARAMORI

Deputado JAIME MANTELLI

Deputado OLICES SANTINI

Deputado ORLANDO PESSUTI

Deputado MANOEL MARIA

Deputado FREDERICO ANTUNES

WILSON PORTES - Secretário Executivo do Parlasul